Da ambição à implementação: avanços na jornada do setor financeiro

Contribuição da Febraban e dos bancos brasileiros para a COP31

Outubro/2026



FEBRABAN

FEBRABAN

Sumário

Prefácio 4

Apresentação 6

Da COP30 à COP31: avanços e desafios na jornada da implementação 8

Finanças Sustentáveis 11

- Da Taxonomia Verde às Taxonomias Sustentáveis 14
- Mercado de carbono 17
- Emissões financiadas 18

Gestão de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos 20

- Evolução regulatória e dos reportes de sustentabilidade e riscos SAC 21
- AdaptaBrasil: dados públicos para aprimorar a gestão dos riscos climáticos 22
- Autorregulação, desmatamento, biodiversidade e rastreabilidade 23

Financiamento à Transição para a Economia de Baixo Carbono 26

- Eco Invest: mobilização de capital e instrumentos para a transição 27
- Bioeconomia e financiamento de novas atividades econômicas 30

Marcos relevantes do setor financeiro na agenda socioambiental e climática 31

Desafios e próximos passos 35

Expediente 38

Prefácio



Soluções para apoiar os bancos nos desafios da sustentabilidade

A transição para uma economia de baixo carbono é um dos grandes desafios do nosso tempo. Enfrentá-la exige conciliar desenvolvimento econômico, competitividade, inclusão social e preservação ambiental, em um esforço que depende da atuação conjunta do poder público, do setor privado e da sociedade. Nesse cenário, o sistema financeiro tem um papel relevante na mobilização de recursos e no desenvolvimento de soluções capazes de apoiar as mudanças necessárias na economia brasileira, contribuindo tanto para a gestão dos riscos climáticos quanto para a identificação de oportunidades de negócios e investimentos.

A realização da COP30 no Brasil, em 2025, a chamada "COP da Ação", reforçou a importância de transformar compromissos climáticos em resultados concretos. Também trouxe maior visibilidade às oportunidades e aos desafios do país, que reúne uma matriz energética considerada limpa, a maior biodiversidade do planeta e setores produtivos com necessidades de adaptação e descarbonização bastante diversas. A transição da ambição à implementação requer instrumentos financeiros adequados, segurança jurídica, informações confiáveis e um ambiente favorável à mobilização de investimentos de longo prazo.

Em apenas um ano, o setor bancário brasileiro progrediu em frentes importantes nessa direção. Atuamos no aprimoramento da transparência e da divulgação de informações de sustentabilidade, no desenvolvimento de metodologias para mensurar emissões financiadas e avaliar riscos climáticos e relacionados à natureza e em outras agendas das finanças sustentáveis. Essas medidas refletem o esforço do setor para desenvolver ferramentas e conhecimentos técnicos que apoiem a tomada de decisão. Os avanços fortalecem as bases para a atuação das instituições financeiras, embora sua aplicação em escala ainda exija esforços contínuos.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) tem impulsionado esse movimento por meio de estudos e ferramentas que apoiam a adoção de boas práticas pelas instituições. Tem, ainda, contribuído para a evolução do mercado como um todo, por meio da articulação com reguladores, representantes do governo, organizações nacionais e internacionais e a sociedade civil.

Nessa atuação, buscamos promover o diálogo, compartilhar conhecimento e apoiar o desenvolvimento de soluções que auxiliem os bancos a responder aos desafios da sustentabilidade, favorecendo entendimentos comuns e respeitando a diversidade de estratégias, modelos de negócios e estágios de maturidade das instituições.

É com esse propósito que elaboramos este documento. Além de sistematizar as ações concretas do setor para evoluir na agenda climática, ele também apresenta os desafios que exigirão atenção nos próximos anos, como a melhoria da qualidade e da disponibilidade de informações, a aplicação efetiva das ferramentas desenvolvidas e a ampliação do financiamento para a transição.

O Brasil reúne condições relevantes para contribuir com a transição global, mas transformar esse potencial em resultados exige esforços consistentes e de longo prazo. O setor bancário brasileiro seguirá participando dessa construção, com a convicção de que a mobilização de capital, a gestão responsável de riscos e a articulação com os diferentes setores da economia são fundamentais para promover uma economia mais sustentável, resiliente e competitiva.

Leandro Vilain

Presidente da Febraban



FEBRABAN

Apresentação



Evoluindo ano a ano rumo ao baixo carbono

Neste documento, apresentamos a contribuição da Febraban e dos bancos brasileiros para a COP31. Ele dá continuidade ao relatório Compromisso dos bancos brasileiros com as finanças sustentáveis e a ação climática, apresentado pelo setor durante a COP30, no Brasil, e sintetiza o caminho percorrido no último ano para endereçar avanços na ação climática.

Esta edição reúne as principais iniciativas e realizações no período entre as duas Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COPs, em inglês), tendo como foco o desenvolvimento e a aplicação de instrumentos, metodologias e referenciais para a atuação das instituições financeiras diante dos desafios climáticos e da sustentabilidade.

O conteúdo está organizado em três eixos complementares do setor. O primeiro aborda as **finanças sustentáveis**, com destaque para taxonomias, mercado de carbono e emissões financiadas. O segundo trata da **gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos**, incluindo a evolução regulatória, a autorregulação bancária e as agendas de desmatamento, biodiversidade e rastreabilidade. O terceiro apresenta iniciativas relacionadas ao **financiamento da transição**, à mobilização de capital e ao desenvolvimento de atividades econômicas associadas à bioeconomia.

Ao reunir essas iniciativas, este guia busca oferecer um panorama atual das finanças sustentáveis e da agenda climática no setor bancário brasileiro, com o objetivo de promover a troca de conhecimentos entre as instituições financeiras e os demais atores do Sistema Financeiro Nacional.

Amaury Martins de Oliva

Diretor de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relações com o Consumidor e Autorregulação da Febraban



FEBRABAN

Da COP30 à COP31: avanços e desafios na jornada da implementação



Da COP30 à COP31: avanços e desafios na jornada da implementação

A COP30, realizada em Belém em novembro de 2025, representou um marco no debate sobre a aplicação prática dos compromissos climáticos e a mobilização de recursos para a transformação da economia rumo ao baixo carbono. Para o setor bancário brasileiro, a conferência também foi uma oportunidade de apresentar os avanços já alcançados na incorporação da sustentabilidade às estratégias, à governança e à gestão de riscos das instituições financeiras, bem como os desafios para ampliar sua contribuição aos objetivos climáticos e de desenvolvimento sustentável.

A publicação elaborada para a COP30 retratou essa trajetória, destacando a evolução dos referenciais regulatórios e da autorregulação bancária, o desenvolvimento das finanças sustentáveis e o aprimoramento da gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos. Ao mesmo tempo, identificou questões que permaneciam centrais para o setor, como a disponibilidade de informações confiáveis, a integração de aspectos climáticos e relacionados à natureza nas decisões financeiras e a necessidade de ampliar a escala dos investimentos voltados à transição.

Entre a COP30 e a COP31, essas agendas tiveram desdobramentos concretos. O período foi marcado pelo desenvolvimento de ferramentas e capacidades técnicas, pelo aprofundamento do diálogo entre instituições financeiras, reguladores e outros atores e pela busca de soluções para aproximar os referenciais de sustentabilidade de sua aplicação nas atividades bancárias. Embora em diferentes estágios de desenvolvimento, essas iniciativas refletem o esforço crescente do setor para transformar referenciais, requisitos regulatórios e compromissos em práticas efetivas.

Os avanços já alcançados ainda não eliminam os desafios identificados na COP30, mas estabelecem novas bases para enfrentá-los. Nesse contexto, os capítulos a seguir apresentam as principais iniciativas desenvolvidas no período, evidenciando como o setor bancário brasileiro vem construindo condições para contribuir com a transição para uma economia de baixo carbono.


Antalya -
Turquia
Belém - PA

FEBRABAN



Finanças Sustentáveis

Finanças Sustentáveis

Entre a COP30 e a COP31, o Brasil evoluiu na consolidação de sua agenda de finanças sustentáveis. No Global Progress Report 2025, da Sustainable Banking and Finance Network (SBFN), o país foi reconhecido como um dos dez, entre 72 mercados emergentes e economias em desenvolvimento avaliados, a alcançar o estágio de maturidade em finanças sustentáveis — e um dos três na América Latina. O resultado mostra a importância de seguir mobilizando o setor para ampliar a participação no financiamento da nova economia.

No último ano, a Febraban buscou contribuir para transformar referenciais e compromissos em instrumentos aplicáveis pelo setor. Os avanços apresentados neste capítulo abrangem o desenvolvimento e a aplicação de taxonomias sustentáveis, a preparação para a implementação do mercado regulado de carbono e o aprimoramento da mensuração das emissões financiadas, por meio de iniciativas de capacitação, produção de conhecimento e articulação institucional.

Dívidas ESG no Brasil - 2015 a 2025[1]

R$ 498,3 bilhões captados no período

576 operações realizadas

O volume anual cresceu **52** vezes no período

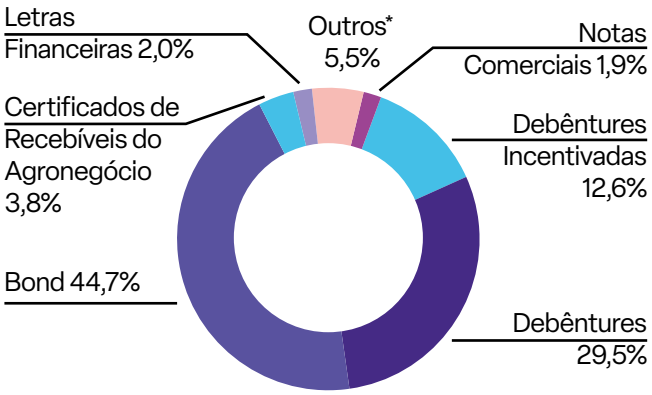
1 Base de Dados - Dívida ESG no Brasil.

DÍVIDAS ESG NO BRASIL - EVOLUÇÃO DO VOLUME ANUAL

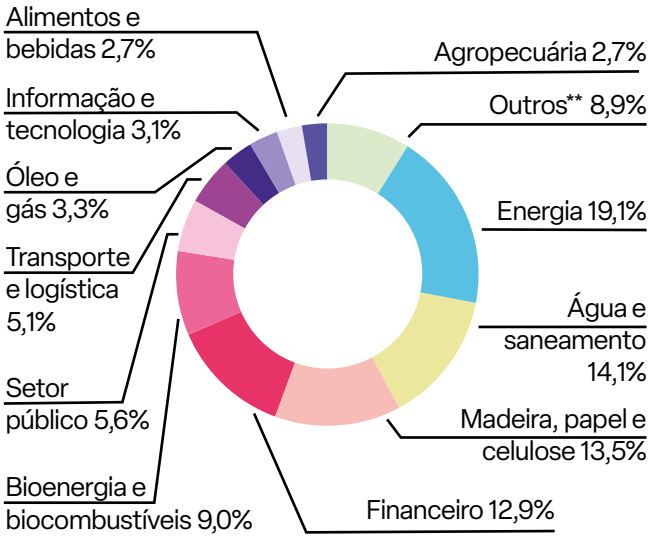
2015 **R$ 1,7 bilhão**

2025 **R$ 87,7 bilhões**

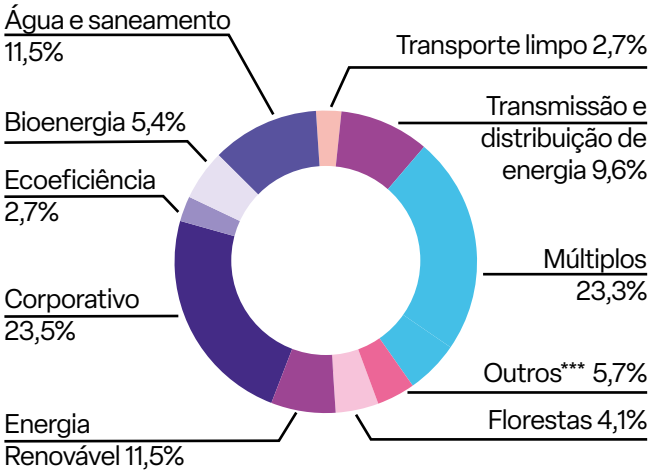
DÍVIDA ESG POR INSTRUMENTO FINANCEIRO



DÍVIDA ESG POR SETOR DO EMISSOR/TOMADOR



DÍVIDA ESG POR USO DE RECURSOS



* Notas de Crédito à Exportação; Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios; Certificados de Recebíveis Imobiliários; N/D.
** Serviços ambientais; siderurgia, metalurgia e mineração; materiais diversos; construção e engenharia; máquina e equipamentos; saúde; educação.
*** Agropecuária; papel e celulose; habitação popular; financiamento inclusivo; construções verdes.

Da Taxonomia Verde às Taxonomias Sustentáveis

Há mais de uma década, a Febraban vem desenvolvendo e aperfeiçoando metodologias para identificar os fluxos financeiros associados à sustentabilidade no setor bancário brasileiro. Um dos principais marcos dessa trajetória foi a **Taxonomia Verde da Febraban**, criada em 2015 e revisada em 2020 para incorporar dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central, abrangendo 100% do crédito concedido a pessoas jurídicas no país. A ferramenta permitiu identificar recursos destinados à economia verde e mensurar exposições às mudanças climáticas e aos riscos ambientais.

O desenvolvimento da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), iniciada em 2023, ampliou essa perspectiva, propondo-se a estabelecer um referencial nacional para identificar atividades econômicas, projetos e ativos sustentáveis, a fim de mobilizar recursos públicos e privados para iniciativas com impactos socioambientais e climáticos positivos. Reconhecendo a relevância da ferramenta, o setor bancário engajou-se na consulta pública, concluída em 2025, e apresentou recomendações para corroborar sua aplicação pelas instituições financeiras e promover sua integração às normas existentes.

Entre os desafios então identificados pelo setor estão os custos de conformidade, a disponibilidade de dados padronizados, a sobreposição regulatória e a aplicação dos requisitos de mensuração, relato e verificação (MRV).

Em 2026, houve avanços na implementação da TSB. Formalmente estabelecida pelo Decreto nº 12.705/2025 como instrumento do Plano de Transformação Ecológica, a taxonomia entrou em fase de testagem em 2026, com a participação de oito instituições financeiras e quatro gestoras de recursos. Essa etapa busca avaliar a aplicabilidade dos critérios, aprimorar ferramentas e processos de reporte e identificar desafios operacionais, gerando recomendações para a adequação dos normativos e para as próximas etapas de implementação, em especial, a fase piloto prevista para 2027.

A Febraban vem, assim, mantendo uma participação ativa no Comitê Consultivo da Taxonomia Sustentável Brasileira, que reúne representantes do setor financeiro, da economia real, de organizações sindicais, da sociedade civil, do terceiro setor e da academia. O Comitê contribui para o aprimoramento dos critérios e diretrizes da TSB e encaminha avaliações e recomendações ao Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira (CITSB), responsável por sua coordenação e deliberação. Nesse contexto, a Febraban apresenta contribuições técnicas sob a perspectiva do setor financeiro e estimula a participação dos bancos associados nas discussões sobre a aplicação do instrumento.

Ao mesmo tempo, a Febraban continuou aperfeiçoando sua própria metodologia. Em julho de 2026,

lançou a **Taxonomia de Finanças Sustentáveis da Febraban**, que atualiza e amplia o escopo da antiga Taxonomia Verde. A nova versão estabelece uma base comum para a classificação das operações, favorecendo a comparabilidade entre as carteiras e a incorporação de critérios de sustentabilidade às operações das instituições financeiras. A metodologia considera a viabilidade operacional, levando em conta a disponibilidade de dados, os custos de implementação e de observância e a diversidade dos processos existentes nos bancos, além de buscar maior interoperabilidade com referenciais nacionais e internacionais, especialmente com a TSB.

Estruturada em três modalidades de classificação – **contribuição ambiental, climática e/ou social das operações; exposição às mudanças climáticas; e exposição aos riscos ambientais** –, a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da Febraban adota como principal referência a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e contempla também o mapeamento de linhas e subprogramas públicos federais e estaduais elegíveis por sua contribuição ambiental, climática e social. Trata-se de um instrumento de referência, que não substitui outras taxonomias, não estabelece obrigações regulatórias nem exerce função de certificação.

Para apoiar sua aplicação, a Febraban publicou, em julho de 2026, o Guia Explicativo da Taxonomia de Finanças Sustentáveis da Febraban, que detalha os critérios e modalidades de classificação e oferece orientações para instituições financeiras, incluindo boas práticas relacionadas a produtos financeiros sustentáveis, fatores sociais e salvaguardas. Também divulgou o relatório Aplicação da Taxonomia de Finanças Sustentáveis da Febraban ao crédito bancário no Brasil, que utiliza a metodologia para analisar dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR) relativos à carteira de crédito de pessoas jurídicas no período de 2012 a 2025.

R$ 385 bilhões em crédito para setores com contribuição ambiental, climática e/ou social em 2025

16,4% da carteira de crédito PJ analisada sob a ótica da Taxonomia de Finanças Sustentáveis da Febraban

Compartilhando experiências

A agenda ganhou projeção internacional com a participação da Febraban na Sustainable Finance Taxonomy Roundtable, durante a London Climate Action Week 2026, organizada pela Sustainable Banking and Finance Network (SBFN), pelo Banco Mundial e pela Taxonomy Roadmap Initiative (TRI). Na sessão dedicada às experiências e aos aprendizados dos mercados emergentes, a Febraban apresentou, ao lado do Banco Central do Brasil, a experiência brasileira com taxonomias sustentáveis, abordando a evolução da sua metodologia e o processo de implementação da TSB.

As discussões destacaram obstáculos à utilização das taxonomias, como a disponibilidade de dados, os custos de implementação e o desenvolvimento de capacitação, além da importância da interoperabilidade para ampliar a comparabilidade, reduzir barreiras operacionais e favorecer a mobilização de novos investimentos.

A Taxonomia Sustentável Brasileira representa uma oportunidade relevante para consolidar uma linguagem comum sobre sustentabilidade no mercado brasileiro, ampliar a transparência e a comparabilidade e favorecer a mobilização de recursos alinhados aos objetivos ambientais e sociais do país. Nesse contexto, a Febraban tem contribuído ativamente para a construção e o aprimoramento da TSB, promovendo o diálogo e contribuindo para que as perspectivas e experiências do setor financeiro sejam consideradas ao longo desse processo. Essa construção colaborativa é fundamental para conciliar a ambição e a integridade da Taxonomia com sua efetiva aplicabilidade e aderência às especificidades do mercado brasileiro, fortalecendo seu papel como instrumento para o avanço das finanças sustentáveis no país.

Mercado de carbono

A criação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) pela Lei nº 15.042/2024 foi um dos marcos na estruturação do mercado regulado de carbono no Brasil. Na COP30, o sistema ainda se encontrava em processo de regulamentação e implementação e, acompanhando os desdobramentos da legislação, a Febraban deu início à análise das demandas específicas das instituições financeiras e passou a representar o setor financeiro na recém-criada Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono (SEMC) e no Comitê Técnico Consultivo Permanente (CTCP), ao lado da Associação Brasileira de Mercado de Capitais (Anbima) e da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg).

No CTCP, a Febraban participa dos Grupos Técnicos Temáticos de MRV, Metodologia e Financeiro, com contribuições para a avaliação dos impactos econômicos, financeiros e operacionais das regras do SBCE e apoio ao desenho de mecanismos de governança e de metodologias e análises acerca da articulação da política climática, envolvendo gestão de riscos, financiamento da transição e estabilidade financeira.

O objetivo é apoiar o desenvolvimento de um SBCE robusto, com segurança jurídica e capaz de contribuir para a descarbonização da economia brasileira e para o cumprimento das metas climáticas assumidas pelo Brasil junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Essa atuação é guiada pelo alinhamento a metodologias e experiências internacionais e às necessidades e especificidades do contexto brasileiro.

Outro desafio é a articulação com outras organizações setoriais para a realização de treinamentos para capacitar os profissionais do mercado financeiro. Com esse objetivo, a Febraban e a Anbima realizaram a **Jornada de Capacitação Executiva em Mercado de Carbono para o Setor Financeiro** entre agosto e novembro de 2026. Foram cinco *workshops online* focados em ampliar o conhecimento técnico dos participantes sobre o funcionamento, os desafios e as oportunidades do mercado regulado de carbono.

Ao longo da Jornada, foram abordados assuntos como arquitetura do mercado, integridade dos créditos, governança climática, estruturação jurídica, critérios de financiamento e interface com o agronegócio, além do papel das instituições financeiras na estruturação e intermediação de ativos ambientais, na gestão de riscos climáticos e regulatórios e nas oportunidades de financiamento da transição.

As discussões sobre descarbonização e mercado de carbono também integraram a agenda climática do **Febraban Tech 2026**, com foco em questões relacionadas à credibilidade e à escala desse mercado (saiba mais na página 30).

Essas iniciativas ampliam a preparação institucional e técnica do setor financeiro para a implementação do SBCE. Enquanto a regulamentação e a operacionalização do sistema seguem em desenvolvimento, a participação nesse processo contribui para aproximar as regras em construção das condições necessárias à atuação dos bancos no futuro mercado regulado.

Emissões financiadas

A mensuração das emissões financiadas amplia a transparência e o conhecimento sobre as emissões de gases de efeito estufa associadas às carteiras de crédito e investimentos. O tema figura na pauta do setor bancário desde 2018, quando a Febraban publicou o Guia de Gestão e Precificação de Carbono, Riscos e Oportunidades para Instituições Financeiras, desenvolvido em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces).

Para apoiar a adoção de instrumentos para identificação da exposição das carteiras a atividades intensivas em carbono e subsidiar a gestão de riscos climáticos e as estratégias de descarbonização, a entidade lançou, em 2020, o Guia sobre Mensuração de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Setor Bancário, baseado na metodologia da Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF).

O diagnóstico apresentado naquele momento apontava a necessidade de avançar na padronização dos dados e na comparabilidade dos resultados, além de ampliar as condições para que bancos de diferentes portes pudessem mensurar e divulgar suas emissões financiadas.

Nesse contexto, entre a COP30 e a COP31, a Febraban avançou com o desenvolvimento da **Base de Dados Nacionais para Mensuração de Emissões Financiadas pelo Setor Bancário Brasileiro**, que reúne dados de emissões de GEE divulgados por empresas brasileiras, informações financeiras e fatores de emissão setoriais nacionais. Ela permite automatizar a aplicação das opções de cálculo previstas na metodologia do PCAF, priorizando sempre a melhor informação disponível para cada ativo da carteira. Os dados passam por processos de verificação de qualidade e são atualizados anualmente.

Adotando a Matriz Insumo-Produto da PCAF, calibrada com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Inventário Nacional de Emissões do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), essa base nacional é um arcabouço metodologicamente comparável ao padrão internacional, mas estruturalmente aderente à economia brasileira.

Para avaliar os efeitos da adoção das metodologias nacional e internacional sobre os resultados dos cálculos, a Febraban realizou, em 2026, o estudo Fatores de Emissão para Emissões Financiadas no Brasil, que comparou resultados obtidos por meio da aplicação da Base nacional e da EXIOBASE, banco de dados macroeconômico global adotado pela PCAF. A análise revelou que uma mesma carteira pode apresentar diferenças superiores a 50% nas emissões financiadas calculadas, dependendo da base de fatores de emissão utilizada.

Essa variação decorre de características da economia brasileira, como matriz elétrica, perfil do transporte de cargas e estrutura produtiva, além da relevância das emissões associadas à mudança do uso da terra e florestas. O desenvolvimento de fatores nacionais busca, assim, tornar as estimativas mais

aderentes à realidade brasileira e apoiar decisões relacionadas à gestão de riscos climáticos, à concessão de crédito e às estratégias de descarbonização.

Em 2026 foi lançada, ainda, a **Ferramenta de Cálculo de Emissões Financiadas** para apoiar os bancos na mensuração das emissões de suas carteiras de crédito. A solução utiliza os dados da Base nacional e premissas de cálculo acordadas pelo setor, permitindo que cada instituição realize sua própria mensuração diretamente pela ferramenta ou integre os dados aos seus sistemas internos com segurança e confidencialidade. Em conjunto, as duas iniciativas ampliam a disponibilidade e a padronização das informações utilizadas nos cálculos, contribuindo para estimativas mais consistentes e comparáveis.

Para ampliar o diálogo sobre esses avanços e seus desdobramentos para o setor bancário, a Febraban realizou, em maio de 2026, em São Paulo, o **Fórum de Emissões Financiadas do Setor Bancário**, que reuniu representantes do governo, do setor financeiro, da economia real e especialistas. Além de marcar o lançamento do estudo sobre Fatores de Emissão, o encontro promoveu a troca de experiências sobre os desafios práticos da mensuração das emissões financiadas, abordando os aprendizados dos bancos e a relação dessas iniciativas com os requisitos regulatórios de divulgação de informações climáticas.

Conhecimento e ferramentas em um só ambiente

Lançado em 2026 no site institucional, o Hub Febraban de Sustentabilidade e Clima reúne conteúdos, estudos e referências desenvolvidos para apoiar o setor bancário na incorporação das agendas social, ambiental e climática às suas estratégias e operações. Ali, são disponibilizados, de forma centralizada, materiais sobre taxonomia de finanças sustentáveis, emissões financiadas, gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos, finanças sustentáveis, agenda regulatória e autorregulação, além das iniciativas dos Grupos de Trabalho e de desenvolvimento setorial da Febraban.

Acesse aqui o Hub Febraban de Sustentabilidade e Clima.

FEBRABAN



Gestão de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Gestão de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

A incorporação dos riscos sociais, ambientais e climáticos à gestão das instituições financeiras tem avançado por meio do aprimoramento regulatório, do desenvolvimento de metodologias e ferramentas e da disseminação de boas práticas.

Entre a COP30 e a COP31, essa agenda ganhou novos desdobramentos, com destaque para a evolução dos requisitos de divulgação de informações de sustentabilidade, o fortalecimento da autorregulação bancária e as iniciativas voltadas ao enfrentamento do desmatamento, à conservação da biodiversidade e à rastreabilidade das cadeias produtivas.

Evolução regulatória e dos reportes de sustentabilidade e riscos SAC

O sistema financeiro brasileiro conta com um conjunto de normas voltadas à gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos. Esse arcabouço inclui, especialmente, as exigências de gerenciamento integrado de riscos e da adoção das Políticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelecem a integração desses fatores à governança, às estratégias de negócios e às decisões de crédito das instituições financeiras.

Um dos desafios em destaque na COP30 foi o avanço dos requisitos de transparência relacionados à sustentabilidade e ao clima. No Brasil, a Resolução CMN nº 5.185, editada no final de 2024, passou a requerer que as instituições financeiras de maior porte elaborem e divulguem, juntamente com suas demonstrações financeiras, o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, em conformidade com as normas IFRS S1 e S2, emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) e aprovados pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS).

No último ano, a Febraban atuou na articulação setorial para apoiar a interpretação e a aplicação das novas normas. Nesse sentido, o Grupo de Trabalho dedicado ao tema desenvolveu o Guia de Implementação IFRS S1 e IFRS S2 para Instituições Financeiras Brasileiras. Publicado em julho de 2026, o documento é voltado a instituições em

diferentes estágios de maturidade e oferece orientações práticas para estruturar processos, responsabilidades, dados e controles necessários à adoção dos padrões IFRS, integrando as divulgações de sustentabilidade à gestão de riscos, à estratégia e às demonstrações financeiras. Orienta ainda que, nesse processo, sejam utilizadas estruturas já existentes, como aquelas voltadas à governança de dados do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC), documento obrigatório exigido pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Poucos meses depois, a Resolução BCB nº 586/2026 atualizou os requisitos para o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC), ampliando as informações qualitativas e incorporando métricas e indicadores padronizados sobre a exposição e a gestão desses riscos. Entre as novidades estão informações sobre a exposição a setores intensivos em emissões de GEE, os riscos físicos associados a secas e chuvas intensas e a divulgação de planos de transição, quando existentes. As exigências entram em vigor em janeiro de 2027, com implementação gradual conforme o segmento das instituições.

Os bancos deram suas contribuições para o aprimoramento da regulamentação, a partir de discussões coordenadas pela Febraban, com recomendações feitas durante a Consulta Pública nº 127, que subsidiou a nova regulamentação para o GRSAC. A Febraban mantém seu apoio às instituições financeiras por meio do esclarecimento de dúvidas e do diálogo contínuo com o regulador.

AdaptaBrasil: dados públicos para aprimorar a gestão dos riscos climáticos

Uma importante frente de atuação da Febraban é a articulação com órgãos públicos e outras entidades setoriais para o desenvolvimento e a aplicação, pelo setor bancário, de dados e cenários climáticos da plataforma AdaptaBrasil. Desenvolvida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), ela reúne informações sobre ameaças, exposição e vulnerabilidades às mudanças climáticas no território brasileiro.

Em diálogo com o Instituto Clima e Sociedade (iCS), facilitador do projeto, e com o INPE, responsável pela plataforma, a Febraban busca contribuir para que essas informações atendam às necessidades de análise de riscos e oportunidades das instituições financeiras, fortalecendo o uso de dados públicos na tomada de decisão. Nesse sentido, realizou encontros técnicos e consultas às instituições financeiras e constituiu um Grupo de Acompanhamento, formado por representantes do

setor financeiro e da coordenação da AdaptaBrasil, para apoiar a definição das especificações técnicas da plataforma.

Entre as frentes de aprimoramento em discussão estão a interoperabilidade dos dados e sua integração com outros sistemas e ferramentas, além de iniciativas de capacitação e da elaboração de um guia de adaptação aos riscos climáticos.

Promovendo essa discussão, o **Febraban Podcast** debateu mudanças climáticas e risco sistêmico, analisando os impactos da crescente frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos sobre pessoas, empresas e governos, bem como os desafios para fortalecer a estabilidade e a resiliência do sistema financeiro. O episódio contou com a participação de representantes do Banrisul, do Banco do Brasil e do Banco Central.

Ouça aqui o episódio do Febraban Podcast.

Autorregulação, desmatamento, biodiversidade e rastreabilidade

A Autorregulação Febraban desempenha um papel importante na incorporação das diretrizes de responsabilidade social, ambiental e climática às práticas das instituições financeiras. Criado em 2014 e atualizado em 2024, o Normativo SARB nº 14 estabelece diretrizes e procedimentos para a gestão desses riscos, complementando o arcabouço regulatório e promovendo a adoção voluntária de boas práticas pelo setor.

A capacitação dos profissionais também integra essa atuação, contribuindo para que as orientações sejam incorporadas aos processos e às rotinas dos bancos. Em 2025, foi lançada uma trilha educacional sobre o normativo e, em 2026, um curso voltado aos colaboradores das instituições financeiras signatárias do eixo socioambiental da Autorregulação. O treinamento busca aprofundar o conhecimento sobre a norma e apoiar a implementação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

Ainda em 2026, no âmbito do Normativo SARB nº 14, foi iniciado o desenvolvimento de uma metodologia setorial de análise de controle de perdas associados a questões sociais, ambientais e climáticas, buscando construir uma referência comum para a análise, pelas instituições financeiras, dos riscos associados a esses temas. O trabalho irá direcionar o aprimoramento do Normativo no que se refere ao registro e controle de perdas, à luz das exigências regulatórias e das boas práticas observadas no mercado.

O fortalecimento dos instrumentos de gestão de riscos reforça que a implementação da agenda de riscos sociais, ambientais e climáticos depende não apenas da evolução regulatória, mas também de orientações técnicas, informações confiáveis e articulação entre instituições financeiras e outros atores.

No âmbito da gestão do risco de desmatamento, o Normativo SARB nº 26/2023 estabeleceu requisitos para a **gestão de risco de desmatamento especificamente na cadeia da carne bovina** na Amazônia Legal e Maranhão, prevendo a exigência de mecanismos de rastreabilidade e monitoramento da origem do gado. A iniciativa reforçou a importância da disponibilidade de dados de qualidade e instrumentos para a identificação e o monitoramento de riscos socioambientais associados a frigoríficos e matadouros.

De forma complementar, foi desenvolvido, em parceria com a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI), o estudo Gestão do Risco de Desmatamento e Oportunidades de Financiamento para Cadeias Livres de Desmatamento e Conversão. O material reúne orientações para a identificação e mitigação desses riscos, abordando o monitoramento das cadeias produtivas, o uso de informações ambientais e as oportunidades de financiamento voltadas à conservação e à recuperação da vegetação nativa.

Em março de 2026, a Febraban passou a integrar o Grupo de Trabalho Carne Bovina Sustentável – Cadeia de Fornecimento, instituído pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e composto por representantes de órgãos públicos e da cadeia produtiva. Nesse grupo, a contribuição tem se concentrado em aproximar as agendas de rastreabilidade, monitoramento socioambiental e financiamento, com atenção à disponibilidade e consistência de informações para a análise de crédito.

Ainda nessa agenda, a Febraban iniciou, em outubro de 2026, uma parceria com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC) para discutir a elaboração de um **guia de boas práticas para o setor bancário, setor produtivo e cadeia de fornecimento da carne bovina**. O objetivo é incentivar melhorias nos processos de rastreabilidade, através do mapeamento de iniciativas de gestão e mitigação do risco de desmatamento e de práticas de *due diligence* aplicáveis, além de ferramentas, programas e protocolos para a gestão de informações entre produtores, fornecedores e bancos, aproximando as perspectivas das instituições financeiras e do setor produtivo.

Outro enfoque foi o apoio à aderência à Resolução CMN nº 5.303/2026, que alterou o Manual de Crédito Rural para estabelecer a verificação de supressão de vegetação nativa nos imóveis financiados a partir de dados oficiais disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). A implementação será escalonada entre 2027 e 2028.

Para apoiar as instituições financeiras nessa tarefa, foram promovidas **quatro capacitações em parceria com o MapBiomas**, rede colaborativa que produz mapas anuais de uso e cobertura da terra do Brasil, com dados abertos e gratuitos. Com 680

participantes das áreas de Sustentabilidade/ESG, Riscos SAC, Crédito Rural e Finanças Sustentáveis, o curso foi realizado em abril de 2026 e abordou o uso de dados e alertas do MapBiomas Alerta na avaliação socioambiental das operações e no acompanhamento do desmatamento.

A agenda de biodiversidade também ganhou novos referenciais com a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB 2025–2030), que estabeleceu metas relacionadas à redução do desmatamento e da conversão da vegetação nativa, à promoção de atividades produtivas sustentáveis e à ampliação do financiamento para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.

Nessa frente, a Febraban atuou em parceria com a UNEP-FI na disseminação das recomendações da Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD), preparando as instituições financeiras para identificar, avaliar e gerenciar riscos e oportunidades relacionados à natureza. Entre janeiro e junho de 2026, foram realizadas oito sessões do **Fórum de Preparação de Relatórios sobre a Natureza**, que abordaram os fundamentos da TNFD, a aplicação da metodologia LEAP[2] e a preparação de indicadores e métricas. A programação também explorou oportunidades de financiamento relacionadas à natureza, incluindo títulos temáticos, *blended finance*, capital catalítico e experiências práticas de financiamento da agricultura sustentável e da conservação da biodiversidade.

2 A metodologia LEAP, proposta pela TNFD, compreende quatro etapas: *Locate* (localizar as interfaces da organização com a natureza); *Evaluate* (avaliar suas dependências e impactos); *Assess* (analisar os riscos e oportunidades relevantes); e *Prepare* (preparar as informações a serem divulgadas).

FEBRABAN

Financiamento à Transição para a Economia de Baixo Carbono



Financiamento à Transição para a Economia de Baixo Carbono

O Brasil apresentou na COP30 sua nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), com a meta de reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa entre 59% e 67% até 2035, em comparação com 2005, e alcançar a neutralidade climática até 2050. O cumprimento desses compromissos exige a mobilização de recursos em escala compatível com as transformações necessárias na economia real.

Nesse contexto, ganham importância os instrumentos capazes de combinar diferentes fontes de capital, reduzir riscos e viabilizar investimentos alinhados à transição, assim como as oportunidades de financiamento ligadas à bioeconomia e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Eco Invest: mobilização de capital e instrumentos para a transição

O Programa Eco Invest Brasil, lançado em 2024 para mobilizar investimentos para a transformação ecológica, fez avanços significativos no período entre a COP30 e a COP31.

Em janeiro de 2026, foi realizada a primeira operação do segundo leilão, com repasse efetivo de R$ 100 milhões para a recuperação produtiva de áreas degradadas. No mesmo mês, o terceiro leilão, dedicado a investimentos em participação societária (*equity*), alcançou R$ 52,8 bilhões em potencial de investimentos. Em maio, o quarto leilão teve R$ 13,2 bilhões em investimentos previstos para bioeconomia, turismo sustentável e infraestrutura, dos quais cerca de R$ 9 bilhões destinados à Amazônia Legal. Já em outubro, o quinto leilão registrou R$ 49,95 bilhões em potencial de investimentos homologados, direcionados a cadeias produtivas ligadas à inovação tecnológica e à transformação ecológica.

Para apoiar a participação das instituições financeiras nesses mecanismos, a Febraban sediou, em abril de 2026, a **Capacitação Técnica sobre o Segundo Leilão do Eco Invest Brasil**, realizada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pela Inovação Financeira para Amazônia, Cerrado e Chaco (IFACC), uma iniciativa da UNEP-FI. O treinamento buscou

nivelar o conhecimento técnico dos profissionais do setor financeiro sobre critérios de elegibilidade, requisitos de mensuração, relato e verificação (MRV) e procedimentos operacionais do leilão, contribuindo para a implementação do programa.

Além da preparação técnica, a entidade criou espaços de discussão sobre os caminhos para ampliar o financiamento da transição. Na Febraban Tech 2026, o painel **Transition Finance: como o capital está moldando a economia verde** discutiu como conciliar descarbonização e competitividade econômica, considerando as necessidades de financiamento de energias renováveis, infraestrutura, hidrogênio verde, eficiência energética e soluções industriais de baixo carbono. A discussão abordou a combinação de diferentes fontes e instrumentos como crédito bancário, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), debêntures verdes, recursos multilaterais e *private equity*, bem como os desafios de equilibrar riscos, custos e retornos em um cenário de incertezas tecnológicas e regulatórias.



Assista ao painel na íntegra.

Outro destaque foi o debate **Restauração Florestal e Investimentos Verdes**, que explorou as oportunidades econômicas associadas à restauração, impulsionadas pela demanda por soluções climáticas, pelo avanço dos mercados de carbono e pela ampliação dos instrumentos financeiros voltados à conservação ambiental. Também foram discutidos os desafios para estruturar e financiar projetos capazes de conciliar restauração ambiental, desenvolvimento econômico e enfrentamento das mudanças climáticas.



Confira o debate aqui.

No âmbito internacional, a Febraban ampliou o diálogo com outros segmentos do mercado financeiro na realização, em parceria com a UNEP-FI e outras entidades do setor financeiro, do evento **Diálogos de Liderança da COP30 à COP31: Ampliando o Papel das Finanças e dos Seguros para um Impacto Global**, que integrou a programação da Global Roundtable 2026, da UNEP-FI, durante a London Climate Action Week 2026, realizada em junho.

O encontro reuniu representantes dos setores bancário, de mercado de capitais e de seguros para discutir mecanismos de mobilização de capital privado, redução de riscos e ampliação do financiamento climático. Um dos destaques foi o painel sobre o Eco Invest Brasil, moderado pela Febraban, que apresentou instrumentos como capital público catalítico, proteção cambial e crédito estruturado para atrair investimentos em bioeconomia e restauração ambiental.

A articulação setorial teve continuidade no Brasil com o **II Fórum de Finanças Sustentáveis,** realizado pela Febraban, Anbima e CNseg em agosto de 2026, durante a Semana do Clima de São Paulo. Em sua segunda edição, o encontro

reuniu cerca de 250 participantes para discutir os desafios de transformar compromissos climáticos em investimentos concretos. A programação abordou o papel da regulação, as oportunidades de negócios associadas à transição e experiências práticas de financiamento, com a participação de representantes do setor financeiro, da academia, da economia real e do poder público. O evento também marcou o lançamento da **Jornada de *Blended Finance* 2026 — *De-risking* Brasil: instrumentos para o financiamento da transição.**

Realizada em parceria entre Febraban, Anbima, CNseg e UNEP-FI durante quatro encontros virtuais, entre agosto e outubro de 2026, a Jornada aprofundou o debate sobre a combinação de diferentes fontes de capital e o uso de mecanismos de redução de riscos (*de-risking*) capazes de viabilizar projetos de transição. A programação abordou os desafios para transformar oportunidades climáticas em projetos financiáveis, incluindo o alto custo de capital, a necessidade de garantias, a estruturação financeira e a distribuição de riscos entre os agentes envolvidos. Os debates também destacaram a importância do capital concessional, da assistência técnica e de mecanismos de monitoramento e verificação, com experiências práticas relacionadas à agricultura sustentável, à restauração ambiental e à adaptação climática.

Essas iniciativas evidenciam a importância de combinar instrumentos financeiros, capacitação técnica e articulação entre diferentes atores para ampliar os investimentos na economia de baixo carbono. Embora os mecanismos de mobilização de capital estejam avançando, permanecem desafios relacionados à estruturação de projetos financiáveis, à redução dos riscos para os investidores e à transformação do potencial de investimentos em recursos efetivamente aplicados na economia real.

Bioeconomia e financiamento de novas atividades econômicas

A bioeconomia representa uma das frentes de desenvolvimento de novas atividades econômicas associadas à transição, ao combinar oportunidades de geração de valor com o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais. O financiamento dessas atividades integrou o debate, na COP30, sobre a necessidade de desenvolver modelos de negócios, soluções tecnológicas e instrumentos financeiros capazes de viabilizar investimentos nesse campo.

De lá para cá, a agenda nacional de bioeconomia avançou com a publicação, em abril de 2026, do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), principal instrumento de implementação da Estratégia Nacional de Bioeconomia. Construído com a participação de representantes do poder público, do setor privado, da academia e da sociedade civil, o Plano estabelece oito missões, 21 metas e 185 ações estratégicas, organizadas em três eixos: sociobioeconomia e ativos ambientais, bioindustrialização competitiva e produção sustentável de biomassa. Suas diretrizes abrangem desde o fortalecimento de negócios comunitários e a valorização da biodiversidade até o desenvolvimento de cadeias industriais baseadas em matérias-primas renováveis, incorporando instrumentos de financiamento, salvaguardas socioambientais e mecanismos de monitoramento.

A consolidação dessa agenda dependerá da capacidade de transformar as diretrizes do PNDBio em iniciativas economicamente viáveis, com modelos de financiamento adequados às características das diferentes cadeias produtivas. Nesse processo, a articulação entre políticas públicas, instituições financeiras e agentes da economia real será importante para ampliar o acesso a recursos e apoiar o desenvolvimento sustentável da bioeconomia.

Como representante do setor financeiro na Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio), a Febraban levou ao processo de elaboração do PNDBio a discussão sobre a necessidade de criar condições e mecanismos para o financiamento de projetos em escala. A atuação nesse órgão também favorece o diálogo com os responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de bioeconomia.

Para engajar ainda mais o setor no tema, foi realizado no Febraban Tech 2026 o painel **Bioeconomia e biotecnologia: o novo patamar industrial que redefine risco**, financiamento e inovação, que abordou as oportunidades e os desafios associados ao desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas em recursos biológicos e à incorporação de novas tecnologias, considerando suas implicações para a avaliação de riscos, a inovação e o financiamento de novos modelos de negócios.

Veja o painel na íntegra aqui.

FEBRABAN



Marcos relevantes do setor financeiro na agenda socioambiental e climática

Marcos relevantes do setor financeiro na agenda socioambiental e climática da COP30 à COP31

COP30 — Nov/25

Jan/26

- Início da **Jornada de Preparação de Relatórios sobre a Natureza** em parceria com a UNEP-FI

Fev/26

- Início da fase de **testagem da Taxonomia Sustentável Brasileira**

Mar/26

- Início da Participação da Febraban no **GT Carne Bovina Sustentável do Ministério da Agricultura**

Abr/26

- **Capacitações com o MapBiomas** sobre monitoramento do desmatamento e gestão de riscos socioambientais
- **Capacitação 2º Leilão Eco Invest** - Recuperação de Área Degradadas, em parceria com Tesouro Nacional, MAPA, Embrapa e IFACC

Mai/26

- **1º Fórum de Emissões Financiadas** do Setor Bancário
- Publicação do estudo **Fatores de Emissão para Emissões Financiadas no Brasil**
- Publicação da **Resolução CMN nº 5.303/2026**, que define novas exigências de verificação da supressão de vegetação nativa no crédito rural

Jun/26

- **Fórum de Preparação de Relatórios** sobre a Natureza em parceria com a UNEP-FI
- Participação da Febraban na **Global Roundtable 2026 da UNEP-FI**
- Participação da Febraban na **London Climate Action Week**
- Lançamento do Hub Febraban de Sustentabilidade e Clima

Jul/26

- Lançamento da **Taxonomia de Finanças Sustentáveis da Febraban**, com atualização dos critérios de classificação das operações de crédito da Taxonomia Verde
- Publicação do **Guia Explicativo da Taxonomia de Finanças Sustentáveis** da Febraban
- Publicação do **Guia de Implementação IFRS S1 e IFRS S2** para Instituições Financeiras Brasileiras

Ago/26

- **2º Fórum de Finanças Sustentáveis** em parceria com Anbima e CNseg
- Participação da Febraban na **Semana do Clima de São Paulo**
- 1º workshop de **Aprimoramento da Plataforma AdaptaBrasil** em parceria com iCS e INPE
- Início da **Jornada de Capacitação Executiva em Mercado de Carbono**, em parceria com a Anbima
- Início da **Jornada de Blended Finance** em parceria com ABDE, Anbima, CNseg e UNEP-FI

Set/26

- **3º Fórum de Finanças Sustentáveis** em parceria com Anbima e CNseg
- Lançamento do Relatório **Da ambição à implementação: avanços na jornada do setor financeiro**
- Publicação da **Resolução BCB nº 586/2026**, que atualiza os requisitos do Relatório GRSAC

COP31 — Nov/26

Marcos relevantes do setor financeiro na agenda socioambiental e climática

1995

- Protocolo Verde, assinado por instituições financeiras públicas e o Ministério do Meio Ambiente

2003

- Início dos encontros Café com Sustentabilidade da Febraban

2007

- Lançamento dos Princípios do Equador pelo IFC
- Lançamento dos Indicadores Setoriais Ethos-Febraban de Responsabilidade Social Empresarial

2008

- Lançamento do portal de educação financeira Meu Bolso em Dia
- Ingresso da Febraban no Comitê Nacional de Educação Financeira (ENEF)

2010

- Adesão das instituições financeiras privadas ao Protocolo Verde
- Criação do Sistema Brasileiro de Autorregulação Bancária (SARB)
- Programa Febraban de Valorização da Diversidade no Setor Bancário
- 1º Censo da Diversidade
- Resolução CMN nº 3.545, a 1ª a estabelecer exigências socioambientais para concessão de crédito rural

2011

- Lançamento do SARB nº 14, que trouxe diretrizes e procedimentos para gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos nas instituições financeiras
- Resolução CMN nº 4.327 sobre Políticas de Responsabilidade Socioambiental

2014

- Criação da Matriz de Indicadores do Protocolo Verde (Febraban/FGVces)

2015

- 1ª participação da Febraban na Conferência das Partes das Nações Unidas (COP21, em Paris)
- Lançamento do estudo Mensuração dos fluxos de crédito para a Economia Verde
- Acordo de Cooperação Técnica e Financeira para Implantação do Cadastro Ambiental Rural (Febraban, órgãos do governo e da sociedade civil)
- Criação do Selo de Autorregulação Bancária
- Lançamento do Guia Prático para Elaboração e Implementação de Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)
- Lançamento do estudo Sistema Financeiro Nacional e a Economia Verde: mensurando recursos financeiros alocados na Economia Verde

2016

- Lançamento do Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil
- Publicação do estudo Edificações Sustentáveis e Eficiência Energética
- Publicação do estudo Financiamento da Recomposição Florestal
- Publicação do estudo Riscos e Oportunidades Associados ao Capital Natural para o Setor Financeiro

2017

- Formalização da Febraban como *Supporting Institution* da UNEP-FI
- Ingresso na SBFN
- Prêmio Finanças Verdes da Felaban e IFC (Categoria Associação Bancária Verde)
- Publicação do estudo Gestão de Riscos de Desmatamento
- Publicação do estudo Gestão e Precificação de Carbono: Riscos e Oportunidades para IFs

2018

- Adesão como *Supporting Institution* da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)
- 1ª turma da Somamos – Rede de Inclusão em Prol da Diversidade
- Ingresso no Laboratório de Inovação Financeira (LAB) do BID
- Lançamento do Roadmap TCFD/Financial Stability Board (FSB)
- Publicação do estudo Financiamento para Energia Solar Fotovoltaica em Geração Distribuída
- Publicação do estudo Instituições Financeiras e a Gestão do Risco de Desmatamento

2019

- Adesão como *Supporting Institution* dos Princípios para a Responsabilidade Bancária (PRB) da UNEP-FI
- Coorganização da *Regional Roundtable* para América Latina e Caribe da UNEP-FI no Brasil
- Lançamento da Régua Multissetorial de Sensibilidade ao Risco Climático

2020

- Revisão da Taxonomia Verde da Febraban, com dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR)
- Publicação da Política de Sustentabilidade da Febraban
- Lançamento do Guia sobre Mensuração de Emissões de GEE no Setor Bancário
- Capacitações da iniciativa Good Growth Partnership no Brasil com UNEP-FI, Associação Brasileira de Bancos (ABBC) e Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE)

2021

- Lançamento da Agenda BC#Sustentabilidade do Banco Central para integrar critérios sociais, ambientais e climáticos às operações e à regulação do Sistema
- Financeiro Nacional
- Adesão ao Pacto de Promoção de Equidade Racial
- Prêmio Febraban de Economia Bancária (Categoria ESG)

2022

- Lançamento do Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB)
- Ingresso no Comité Latinoamericano de Banca Sostenible e Inclusiva da Felaban
- Lançamento das capacitações abertas Sustentabilidade no setor financeiro: atuação, impactos e oportunidades

2023

- Febraban torna-se Organização Observadora da UNFCCC
- Lançamento do SARB nº 26, para gestão do risco de desmatamento ilegal na cadeia de carne bovina na Amazônia Legal e Maranhão
- Lançamento da Trilha Educacional do SARB nº 26
- Ingresso na Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+)
- Lançamento do Guia de Boas Práticas de Relacionamento com os Vulneráveis
- Lançamento do Guia de Dívida Sustentável
- Criação de ferramenta para relacionar as recomendações da TCFD a outros referenciais de divulgação
- Lançamento da Régua de Sensibilidade ao Risco Climático da Carteira Agro
- Participação no Conselho Consultivo da Iniciativa Brasileira para o Mercado Voluntário de Carbono
- Ingresso no Fórum Técnico de Mercado de Carbono da CNF
- Publicação do *Whitepaper* sobre Mercado de Carbono

2024

- Ingresso no Comitê Consultivo da Taxonomia Sustentável Brasileira
- Ingresso no Conselho Consultivo do GFANZ Brasil
- Ingresso no Conselho Climate Hub Brasil
- Ingresso no Grupo de Trabalho de Direitos Humanos e Mercado Financeiro do Pacto Global

2025

- Lançamento da Trilha Educacional do SARB nº 14
- Lançamento da Trilha Educacional sobre Emissões Financiadas
- Programa de Capacitação em Finanças Sustentáveis, com o IFC
- Ingresso na Comissão de Bioeconomia do Governo Federal
- Coorganização da *Regional Roundtable* para América Latina e Caribe da UNEP-FI no Brasil
- Jornada Rumo à COP30, com a Anbima e a CNseg (*workshops* temáticos)
- Capacitação de Lideranças do Setor Bancário, com o PRB Academy e UNEP-FI
- Lançamento do estudo Regulações Nacionais e Políticas Públicas, Tendências Globais e Mecanismos Financeiros, com o Climate Finance Hub
- Criação da Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono e do Comitê Técnico Consultivo Permanente (CTCP)
- Decreto nº 12.705/2025, que instituiu a Taxonomia Sustentável Brasileira
- Lançamento do *roadmap* Gestão dos Riscos de Desmatamento e Cadeia Livres de Conversão

2026

Desafios e próximos passos



Desafios e próximos passos

O setor bancário brasileiro avançou de maneira significativa na consolidação de instrumentos, metodologias e capacidades técnicas voltados à incorporação da sustentabilidade às suas estratégias e operações. O desafio agora é transformar esses avanços em práticas efetivas, integradas à gestão de riscos, às decisões de negócios e ao financiamento da economia real.

Nesse percurso, a Febraban contribuiu para fortalecer a articulação entre instituições financeiras, reguladores, órgãos governamentais e organismos internacionais, promovendo a capacitação, o compartilhamento de experiências e a construção de referências comuns para o setor.

Um dos principais desafios para a implementação é a **disponibilidade de informações confiáveis, comparáveis e acessíveis.** Na agenda de transparência, a preparação para os padrões IFRS S1 e S2, apoiada por orientações técnicas desenvolvidas pela Febraban, exige o fortalecimento das capacidades internas das instituições financeiras, o acesso a dados de clientes e cadeias produtivas e a preparação para as exigências de asseguração. Esse esforço, portanto, também envolve as empresas financiadas, especialmente as pequenas e médias, que enfrentam dificuldades para produzir e compartilhar informações de sustentabilidade.

Na gestão dos riscos climáticos e relacionados à natureza, o **aprimoramento das informações públicas** é igualmente importante. Isso envolve ampliar a integração de dados sobre desmatamento, uso da terra e rastreabilidade das cadeias produtivas, bem como fortalecer a aplicação de ferramentas como o AdaptaBrasil na avaliação dos riscos físicos. Também será necessário avançar no desenvolvimento de metodologias para avaliar riscos e impactos sobre a biodiversidade e ampliar as soluções financeiras voltadas à conservação e à restauração ambiental.

Outro desafio é assegurar que os **referenciais de finanças sustentáveis sejam efetivamente incorporados às operações financeiras**. A revisão da Taxonomia Verde, que deu origem à Taxonomia de Finanças Sustentáveis da Febraban, e o desenvolvimento da Taxonomia Sustentável Brasileira representam avanços importantes, mas sua aplicação exige critérios claros, informações adequadas e integração aos processos de crédito, investimento e reporte das instituições financeiras.

Da mesma forma, a regulamentação e a operacionalização do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) serão fundamentais para criar condições de funcionamento do mercado regulado de carbono, com governança, infraestrutura e integridade ambiental.

A mensuração das emissões financiadas também demanda a continuidade dos esforços de **harmonização metodológica e aprimoramento dos dados disponíveis**. O aprimoramento das referências comuns e da base nacional de fatores de emissão poderá aumentar a consistência e a comparabilidade das informações, além de apoiar o acompanhamento da transição das carteiras de crédito e investimento.

Igualmente decisivo será **ampliar a escala do financiamento da transição**. Além de mobilizar recursos para a descarbonização da economia, será necessário desenvolver mecanismos de financiamento para a adaptação climática, atender às necessidades de setores de difícil abatimento de emissões e criar condições para a viabilização econômica de projetos de transição e bioeconomia.

A combinação de diferentes fontes de capital, o compartilhamento de riscos e a articulação entre instituições financeiras, empresas e poder público serão fundamentais para superar as barreiras para a estruturação desses projetos. Nesse processo, a agenda climática se consolida não apenas como uma dimensão da gestão de riscos, mas também como uma oportunidade de desenvolvimento econômico e de novos negócios.

A continuidade da cooperação entre os diferentes atores será essencial para que os instrumentos e conhecimentos desenvolvidos se traduzam em implementação efetiva. O avanço dessa agenda dependerá da capacidade de **conectar informações, metodologias e políticas públicas às decisões financeiras e produtivas,** ampliando a contribuição do setor bancário para os objetivos climáticos e de desenvolvimento sustentável do país.

FEBRABAN

Expediente



Realização

Federação Brasileira de Bancos – Febraban

Amaury Martins de Oliva – Diretor de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relações com o Consumidor e Autorregulação

Cintia Oller Cespedes – Gerente de Sustentabilidade

Juan Saeta – Assessor de Sustentabilidade

Juliana Lima – Assessora de Sustentabilidade

Produção - Conteúdo e *layout*

Casa Azul Conteúdo e Design para Sustentabilidade

Imagens

Gettyimages

Shutterstock

FEBRABAN FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS

Outubro/2026

febraban.org.br

sustentabilidade@febraban.org.br

FEBRABAN

FEDERAÇÃO
BRASILEIRA
DE BANCOS

